



Folha do Povo: A Voz Popular no Jornalismo Diário Recifense (1935 – 1960)

Ana Paula Araújo de LIRA - Jornalista, graduada pela Universidade Católica de Pernambuco/PE. Pesquisadora filiada à Rede Alfredo de Carvalho - ana_lira@terra.com.br

Resumo: A *Folha do Povo* circulou pela primeira vez em julho de 1935. Quatro meses depois da inauguração foi fechada em meio ao processo de repressão à Intentona Comunista, em Recife, por contribuir para a construção de um olhar diferenciado sobre o cotidiano social. O periódico voltou a circular dez anos depois como integrante da rede de jornais do Partido Comunista do Brasil (PCB), junto com mais sete jornais alocados nos principais centros urbanos do país, como Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador. Mesmo estando entre os jornais que possuíam os menores recursos, da rede de imprensa popular estruturada pelo Partidão, a *Folha do Povo* teve um papel fundamental de formação e representação de grupos sociais que geralmente são excluídos da esfera pública, como os operários, trabalhadores rurais, donas de casa, sindicalistas, entre outros setores populares.

Palavras-chave: jornalismo impresso; imprensa recifense; imprensa comunista

1 - Imprensa Comunista

A imprensa comunista é herdeira da imprensa operária do século XIX e do início do século XX. Ela nasceu antes da fundação oficial do PCB, quando Astrogildo Pereira integrava o Grupo Comunista, no Rio de Janeiro, e junto com seus companheiros fundou a revista *Movimento Comunista*, em janeiro de 1922. Foi neste periódico que se publicou um artigo anunciando a fundação oficial do Partido Comunista, no Brasil, bem como suas idéias e diretrizes. O jornalista Apolinário Rebelo citou em artigo publicado na revista *Princípios* que, pouco tempo depois, a diretoria do recém-fundado PCB recebeu uma orientação de Moscou para transformar a revista em jornal e, assim, em 1º de maio de 1925 foi lançada *A Classe Operária*.

O jornal circulou, inicialmente, com 5 mil exemplares e tornou-se o primeiro dos muitos periódicos comunistas perseguidos e empastelados no Brasil. *A Classe Operária* circulou três meses e foi fechado quando a sede do Partidão foi invadida, no Rio de Janeiro. Entre idas e vindas, o jornal conseguiu voltar a circular apenas com o fim do Estado Novo. Nesse período, a maioria das publicações comunistas fundadas foi fechada. A primeira tentativa de circulação da *Folha do Povo*, jornal abordado neste artigo, ocorreu em 1935, mas o veículo foi reprimido pela atuação da polícia getulista.

Os comunistas, então, procuraram ocupar as páginas de periódicos simpatizantes através de espaços dedicados ao sindicalismo - como havia no jornal *O Paiz*, citado por Dulce Pandolfi (1995) - ou por meio de repórteres parceiros, que conseguiam inserir textos nos jornais da imprensa central. Entre as lutas para divulgar informações, nasceu o clássico periódico literário *Diretrizes*, dirigido por Samuel Wainer e Azevedo Amaral. De acordo com Augusto Buonicore (2004), outra publicação importante foi *Continental*, que circulou na Bahia até 1944, com colaboração de Milton Caíres de Brito, Ruy Facó, Mauricio Grabois, entre outros. O auge da imprensa comunista, no entanto, se deu com o declínio do Estado Novo, a pausa na perseguição aos militantes do PCB e a legalização do partido, em 1945.

“Nesse período (...), o PCB passa a ter a segunda rede de comunicação do país, perdendo apenas para os Diários Associados, de Assis Chateaubriand. O Partido tinha agência noticiosa, curso para jornalistas, seis jornais semanais destinados a várias categorias sociais e oito jornais diários nos principais centros urbanos do país” (REBELO, 2005, págs 72-75).

Os jornais diários eram o *Hoje*, em São Paulo; *Tribuna Popular*, no Rio de Janeiro; *Tribuna Gaúcha*, no Rio Grande do Sul; *Folha Capixaba*, no Espírito Santo; *O Momento*, na Bahia; *Folha do Povo*, em Pernambuco; *O Democrata*, no Ceará; e *O Estado de Goiás*, em Goiás. A *Tribuna Popular*, fundada por Pedro Motta Lima, Álvaro Moreira, Aydano do Couto Ferraz e Carlos Drummond de Andrade, foi um dos maiores da rede e circulava, em média, com 30 mil exemplares diários, chegando aos 50 mil em 1946. Este impresso concorria com periódicos da imprensa central como o *Jornal do Brasil*. Perseguido, a *Tribuna Popular* fechou e voltou a circular com o nome de *Imprensa Popular*, na década de 1950.

A *Folha Capixaba* não precisou mudar de nome, mas não contava com o sistema financeiro e de distribuição da *Tribuna Popular*. Além da venda em bancas, um dos mais antigos vendedores da *Folha Capixaba*, Antonio Granja, conta que se conseguia distribuir um bom número de jornais porque os militantes montaram um sistema independente de circulação, que contava com apoio de simpatizantes e até a colaboração de meninos de rua. O jornal servia para levar as idéias do PCB para as comunidades.



Folha Capixaba foi uma escola de democracia, queiramos ou não. A *Folha Capixaba* ensinou para essa gente que oposição não é um bicho papão; é uma parte da sociedade que não concorda com o modelo vigente e busca uma outra saída. E nessa saída educamos. Fazíamos comício nos bairros para divulgar que existia petróleo, para que fosse criada a Petrobrás. A *Folha Capixaba* teve um papel muito importante na divulgação no sistema da democracia no Estado. (GRANJA, 2005)

Como esta rede de jornais era importante para a estratégia de aproximação do partido com a população, o PCB criou, em 1947, o Movimento de Apoio à Imprensa Popular (MAIP), que solicitava ajuda financeira de militantes e simpatizantes para manter os jornais do partido e os afiliados. Em Recife, na mesma época, foi criada a Sociedade de Apoio à Imprensa Popular (SAIP) dirigida por Francisco Julião e Sindulfo Correia Josué, que foi editor do jornal operário *A Hora Social*, na década de 1920, como cita Nascimento (1967).

Outra característica da imprensa comunista é que os jornais da rede não eram fechados apenas aos integrantes do partido. A *Tribuna Popular*, por exemplo, tinha comunistas e não comunistas na redação, mas não tinha integrantes do PCB, segundo Paulo Mota Lima (1979). Os demais jornais possuíam pessoas do partido, mas abriam espaço para quaisquer colaborações que fossem ideologicamente coerentes com a visão dos comunistas ou que deles “divergissem honestamente”, como afirmou Pedro Pomar, citado por Buonicore (2004).

Por ter este perfil, os jornais da imprensa popular e comunista eram, muitas vezes, abastecidos com colaborações de jornalistas simpatizantes, que trabalhavam na imprensa central. Em Pernambuco, diversos profissionais que atuavam como revisores, copidesques, redatores e apuradores em outros jornais ajudavam os periódicos como *A Luta*, *Folha do Povo*, *O Popular* e *A Hora*. No Espírito Santo, parte da equipe de repórteres de *A Gazeta* ajudava na redação, revisão e cobertura para a *Folha Capixaba*, como disse Granja (2005).

Além dos jornais diários, a Agência de Notícias citada por Apolinário Rebelo era a *Interpress*, que distribuía notícias para os periódicos da rede e, segundo Buonicore (2004), para pequenos jornais do interior do Brasil. Os comunistas, integrados ou não ao PCB, ainda editaram as revistas *Literatura*, que teve colaborações de nomes como Graciliano Ramos e Manuel Bandeira; *Problemas*, organizada por Carlos Marighella até a sua décima quinta edição, depois ficando sob responsabilidade de Diógenes Câmara, até o número 71,



em 1955; e *Fundamentos*, que abriu em 1948, com direção de Caio Prado Júnior e Monteiro Lobato e fechou em 1955.

Um bom mapeamento da circulação da imprensa comunista foi feito por Francisco Ribeiro do Nascimento (2003) e publicado no livro *Páginas de Resistência*. Nos períodos de legalidade, a imprensa comunista teve mais de 63 periódicos circulando. Na ilegalidade, ela sofreu um refluxo e o autor catalogou apenas 30 veículos que circularam mediante diversas estratégias como mudança de nome, transferência constante de gráficas, o uso de pseudônimos e a resistência de repórteres e funcionários às prisões e empastelamentos. Este recuo foi reforçado pelo Golpe Militar de 1964 e, mesmo depois da abertura política, a imprensa comunista, nos moldes da rede de comunicação estruturada na década de 1940 nunca mais voltou a existir.

2 - O Jornal Mais Quebrado do Mundo

A *Folha do Povo* não iniciou a sua trajetória como um jornal do PCB. Ele foi fundado em 10 de julho de 1935 por Osório de Lima e José Cavalcanti. Eles eram simpatizantes da Aliança Nacional Libertadora, que consistia em uma frente popular liderada pelos comunistas. Na época, o escritor Rubem Braga trabalhava como repórter no *Diário de Pernambuco* e aceitou receber um salário menor para assumir a chefia de reportagem do periódico, por sua aproximação com as necessidades da população. O editorial de abertura do jornal dizia:

“(...) agitaremos com especial atenção, o problema da mulher e da criança, grave e delicado problema, quando verificamos, constrangidos, o aumento assustador da prostituição, da mendicância, e da mortalidade infantil no Recife, em outras capitais e no interior nordestino. As questões da educação da mocidade e tôdas as outras que interessam vivamente ao nosso meio social, nós as colocaremos em foco. (*Folha do Povo*, 10 de julho de 1935).

Estas questões foram colocadas em pauta diariamente, durante os quatro meses em que o jornal circulou, em sua primeira fase. Os textos envolviam, também, as relações de conflito entre os trabalhadores rurais e proprietários de indústrias e empreendimentos no interior de Pernambuco. Segundo Luiz do Nascimento (1967), estas análises críticas da rotina da época acabaram trazendo pressões à redação da *Folha do Povo*. Noam Chomsky e



Edward Herman (2003) denominam estas ações de *bateria de reações negativas*. Segundo os autores, sempre que um veículo de comunicação desagrada aqueles que desejam manter a ordem estabelecida, seus proprietários e profissionais passam a sofrer coações para mudar de abordagem.

As constates ameaças, perseguições e prisões dos jornalistas fizeram com que Rubem Braga repensasse sua permanência no jornal. Destacado para cobrir o Centenário da Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul, o jornalista preferiu ficar no Rio de Janeiro, mas continuou enviando diariamente crônicas para o jornal. Estas crônicas foram publicadas, depois, no livro *O Conde e O Passarinho*. Em Recife, a pequena equipe da *Folha do Povo* seguiu a mesma linha editorial publicando, inclusive, a peça de teatro *Carne Para Canhão*, de Afonso Schmidt, que fazia referência à exploração dos soldados que iam para a guerra morrer na linha de frente dos pelotões oficiais.

A peça acabou refletindo, indiretamente, o momento de inquietude que resultou na organização do levante liderado pelos comunistas, com apoio de alguns setores do exército, que ficou conhecido como Intentona Comunista. Poucas semanas antes da revolução eclodir, os pronunciamentos de Luis Carlos Prestes, que foi aceito como integrante do PCB um ano antes, estavam inquietando as autoridades governamentais recifenses, que eram partidárias de Getúlio Vargas. Estes discursos eram regularmente publicados na *Folha do Povo*.

Nascimento (1967) cita que, além do conteúdo político traduzido em obras culturais, como a peça de Schmidt, os textos do jornal ficaram ainda mais incisivos na defesa dos direitos dos cidadãos, uma vez que as ações policiais contra os repórteres da *Folha do Povo* ficaram cada vez mais violentas. O pesquisador afirmou que no final de outubro o jornal iniciou uma apuração que resultou na reportagem “Usina Catende Lança Miséria Aos Seus Funcionários”, publicada em 6 de novembro. O texto provocou o enquadramento do jornal na Lei de Segurança Nacional e o impresso foi empastelado.

O fechamento definitivo ocorreu no final de novembro com a repressão à Intentona Comunista. A redação foi ocupada pelos agentes da Diretoria de Ordem e Política Social (DOPS) e o repórter Paulo da Mota Lima, que havia entrado há pouco tempo no jornal, foi espancado e mandado para a prisão em Fernando de Noronha, onde ficou preso durante três anos e quatro meses. Entre as lembranças daquela época do periódico, é bastante



comentado um trecho de uma crônica de Rubem Braga que resume sua passagem pela capital pernambucana: “passei um domingo na praia de Boa Viagem e uma noite na cadeia (...) Fui à festa dos Montes Guararapes e trabalhei no jornal mais quebrado do mundo”.

Investigando, hoje, a rotina da *Folha do Povo*, a última frase de Rubem Braga poderia ser lida de duas maneiras: como o jornal mais pobre do mundo ou como o mais agredido do mundo. Muitos dos detalhes desta fase, no entanto, não são plenamente conhecidos porque os únicos exemplares existentes em Recife estão interditados pelo Arquivo Público Estadual, por questões de preservação do que ainda resta destes quatro primeiros meses de atuação do periódico. Desta forma, embora relatos em livros e artigos ajudem a elucidar um pouco os primeiros passos da *Folha do Povo*, não foi possível, ainda, reproduzir textos na íntegra que pudessem demonstrar a relação mais próxima do veículo com os interesses dos setores sociais que ele dizia representar.

3 – A Folha do Povo e a Imprensa Recifense

Quando o jornal foi fechado, em 1935, a imprensa recifense passava por um momento de transformação. O *Diário de Pernambuco* havia sido agregado aos *Diários Associados*, em 1931, e era o representante nordestino da rede de 34 jornais que Assis Chateaubriand construiu até o fim da vida, na década de 1960. O *Jornal do Commercio*, por sua vez, depois de ter sido destruído por simpatizantes de Getúlio Vargas, em 1930, voltou a circular em 1934 com nova sede e uma das melhores estruturas da região. O jornal se constituiu como empresa de comunicação agregando um veículo vespertino, o *Diário da Noite*, e *Rádio Jornal do Commercio*, na década de 1940.

O *Diário da Manhã*, por sua vez, entrou em fase de declínio. Dirigido por Carlos de Lima Cavalcanti, amigo pessoal de Getúlio Vargas, o jornal recebeu o apelido de “DM, o mais lido” porque os afagos do Governo Federal transformaram o periódico em um veículo de grande prestígio na época. Porém, Lima Cavalcanti publicou, em 1937, a manchete *Prorrogação dos Mandatos É Usurpação dos Direitos do Povo*, em repúdio ao golpe que iniciou o Estado Novo, e recebeu em troca a censura ao jornal e sua substituição no Governo Estadual pelo Coronel Azambuja. Desde então, o *Diário da Manhã* nunca mais

conseguiu ter a influência exercida anteriormente na imprensa recifense, que chegou a contar com oito jornais diários, na época.

Além dos quatro citados, circulavam ainda o *Diario da Tarde*, *Jornal Pequeno* e *Folha da Manhã*, que possuía versões matutina e vespertina, além das edições do *Diário Oficial de Pernambuco* que substituiu o antigo *Diário do Estado*, da década de 1920. Estes periódicos diários possuíam uma tiragem bem menor que a dos jornais do Rio de Janeiro e São Paulo. O jornalista Ronildo Maia Leite (2006) lembra que a circulação do *Diario de Pernambuco* chegava a 10 mil exemplares e o *Jornal do Commercio* fazia circular, no máximo, 13 mil jornais por dia.

Outro aspecto desta fase da imprensa recifense é que, entre as décadas de 1930 e 1960, período em que a *Folha do Povo* foi publicada, o maior número de jornais estava entre os que possuíam periodicidade semanal e quinzenal. Circularam os semanários *O Rebate* (1946), *A Ordem* (1947), *Jornal do Povo* (1947), *O Momento* (1947), *Correio do Norte* (1948), *Debate* (1949), *Folha da Semana* (1951), *Cidade do Recife* (1952) e *Diário do Recife* (1953); e os quinzenários *Voz Operária* (1946) e *Raio – Jornal* (1949). Estes impressos voltavam suas atenções, especialmente, para os aspectos políticos e econômicos da vida recifense. As abordagens variavam de acordo com a orientação ideológica de cada periódico.

Havia jornais com direcionamento político assumido, como *O Correio do Norte*, que possuía uma página dedicada ao Partido Trabalhista Brasileiro; os que abriam espaço para as diversas vertentes ideológicas, a exemplo de *O Debate*, que circulava semanalmente com oito páginas e era impresso na gráfica da *Folha da Manhã*. O jornal agregava Luiz Beltrão e Paulo Cavalcanti na equipe e foi dirigido, durante algum tempo, por Francisco Julião; e havia, ainda, os que preferiam deixar de circular a possuir financiamentos inconfessáveis, como *O Jornal do Povo*, que foi publicado enquanto havia dinheiro em caixa, encerrando na sétima edição.

A maioria destes jornais, contudo, não chegou até meados da década de 1950. A transformação dos veículos de comunicação em empresas jornalísticas de grande porte, como cita Sodré (1999), em *História da Imprensa no Brasil*, inviabilizou a continuidade de muitos deles. Para se ter uma idéia, entre os oito periódicos que circularam diariamente, em Recife, na época, a *Folha do Povo*, em sua segunda fase, era o único que não estava ligado



a algum grande grupo econômico local. Os demais, se não escolhiam previamente um candidato - como ocorreu com o *Diario de Pernambuco*, que adotou o brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN, nas eleições de 1945 -, possuíam uma postura parecida com a do *Jornal do Commercio*:

“Eu me lembro, e na época se comentou muito isso, que quando Juscelino era candidato à Presidência da República, ele, o grupo dele, fez uma proposta ao *Jornal do Commercio* de...de dez milhões para apoiar a candidatura dele. Doutor Pessoa fez as contas e viu que não era vantagem, que ganharia mais ficando independente, pois aí ele recebia dinheiro dos dois lados. Em 1958, Barbosa Lima Sobrinho foi candidato a deputado. À época, ele morava no Rio de Janeiro e veio para cá fazer campanha. A notícia da chegada dele foi cobrada. O *Jornal do Commercio* cobrou caro para dizer que ele tinha voltado, estava chegando para fazer campanha”. (GARCIA, 2005, p.90)

Assim, para a maioria dos grupos políticos, e mesmo entre aqueles como Luiz Beltrão e Paulo Cavalcanti, que queriam incentivar um jornal de debates entre várias orientações ideológicas, foi se tornando cada vez mais difícil manter um periódico devido aos custos para comprar novos equipamentos ou pagar para que o impresso fosse rodado em gráficas da cidade, uma vez que era muito mais vantajoso para os anunciantes procurarem os jornais-empresa com maiores tiragens, como cita Sodré (1999).

O PCB, por ter sido um dos primeiros partidos de caráter nacional, e ter uma estrutura de colaboração de intelectuais e de doações irrestritas por parte de seus militantes, conseguiu transpor estes obstáculos e estruturar a segunda maior rede de comunicação do país, na década de 1940, como vimos anteriormente. Sem isso, talvez a *Folha do Povo* jamais voltasse a circular e a imprensa recifense fosse ainda mais uniforme, em sua oposição às necessidades levantadas pelos comunistas, do que era na época.

5 - Não Se Pode Calar a Voz do Povo

A segunda fase da *Folha do Povo* iniciou em 19 de novembro de 1945, no mesmo ano em que o PCB voltou à legalidade, depois de um acordo com Getúlio Vargas. O jornal, que agora estava sob direção de Sindulfo Correia Josué, em seu editorial de abertura fez referência à primeira fase do jornal em 1935. O texto dizia: “*Folha do Povo* volta hoje a



circular. Como da vez passada, será um jornal modesto. Muito pobre de aparelhagem material. Pobre como o povo; porém, como ele, amigo da verdade”. Em sua primeira edição, junto com os textos sobre o cotidiano da cidade, política, economia do país e os informes sobre as atividades locais e nacionais do PCB, o jornal abria a coluna “Vida Sindical”, sob responsabilidade de Calinício Silveira, que propunha uma aproximação com as organizações trabalhistas do Estado.

(...) As massas laboristas encontrarão neste jornal o veículo de suas aspirações, mantendo um amplo serviço informativo. Os sindicatos, bem como outras organizações de massa, desempenham um papel na comunhão social, e por isso se constituem fortes esteios para a democracia, unitária e pacificamente conduzidos. Daí, os sindicatos se interessarem por esta secção, na qual poderão ser debatidos os problemas que mais interessam ao proletariado. (*Folha do Povo*, 19 de novembro de 1945)

A coluna passou a tratar, então, de temas específicos do cotidiano dos trabalhadores, como carteira de trabalho, direitos dos operários, entre outros. Os assuntos eram, muitas vezes, sugeridos pelos próprios funcionários das fábricas e tecelagens, que enviavam sugestões através dos representantes do partido. “O jornal era bastante lido pelos operários e pelas pessoas de esquerda. O operariado gostava porque as notícias dos sindicatos e das lutas saíam todas na *Folha do Povo*”, conta José Maria da Silva (2007), o mais antigo militante em atividade do PCB, em Pernambuco.

A divulgação deste tipo de informação logo despertou atenção dos governantes locais e as perseguições ao jornal começaram. Mesmo que, nacionalmente, houvesse um pacto que garantia a legalidade do PCB, em Pernambuco a situação era diferente. A polícia local acompanhava com atenção especial os passos dados pelos profissionais do jornal e a redação foi avariada em maio de 1946. Como o PCB havia criado o Movimento de Apoio à Imprensa Popular (M.A.I.P), na mesma época, a *Folha do Povo* recebeu ajuda financeira do Rio de Janeiro para recuperar os danos e investir em uma nova impressora linotipo.

Este processo coincidiu com a nova fase do jornal, que deixou de publicar os documentos oficiais do Comitê Estadual do PCB. Em reforço à coluna Vida Sindical, o impresso abria a seção “O Povo Faz O Seu Jornal”, para expandir o diálogo com a população. No texto de apresentação, a editoria avisava que o conteúdo poderia ser enviado

de qualquer maneira, escrito a caneta, a lápis, em papel amassado ou qualquer outra circunstância. A entrega era feita na sede do jornal ou por outras vias, como cita Adilson Lira (2006).

Os militantes do partido constituíam-se numa teia de informação, de reivindicação, por bairros, fábricas, setores de consumo, de serviços; daí não haver falta de matéria. Por outro lado, os reclamantes nunca poderiam ser identificados. (LIRA, 2006)

José Maria da Silva (2007) também participava desta rede de informação.

“Por exemplo, eu era representante distrital no Cordeiro a gente tinha uma conexão com Irineu Ferreira. Semanalmente, a gente trocava umas idéias e, como jornalista da *Folha do Povo*, nós encaminhávamos os artigos e as notícias através dele. Nós tínhamos 45 ativistas na área, nos livrávamos da polícia e das perseguições e fazíamos um trabalho na região.” (SILVA, 2007)

Não existia uma seção semelhante em outros impressos locais, e o espaço ganhou mais força com a nova diagramação do jornal, que privilegiou o título com letras diferenciadas dos tipos utilizados para compor as demais notas da página. Como era fácil encontrar a seção, a população podia conferir se o conteúdo enviado era, de fato, publicado no jornal. Todavia, tanto o desenvolvimento do impresso quanto desta seção acabaram comprometidos pela volta do PCB à ilegalidade, em 1947. Além da legenda, os mandatos dos deputados também foram cassados, inclusive o de Gregório Bezerra, que havia sido eleito em Pernambuco.

Em 1948, embora o governador fosse Barbosa Lima Sobrinho, as relações entre a *Folha do Povo* e o governo estadual, especialmente com as forças policiais, se acirraram. Além de criticar a cassação dos mandatos, o jornal passou a pautar questões como a liberdade de imprensa, por conta dos ataques ao jornal *Hoje*, em São Paulo, e busca pela melhoria das condições salariais dos jornalistas, que estava sendo ameaçada pelo lobby feito por Assis Chateaubriand e Roberto Marinho junto ao presidente Dutra. Eles eram contra o projeto Café Filho. Contudo, o maior choque entre o jornal e as autoridades se deu quando a *Folha do Povo* publicou uma série de reportagens intitulada “Luz Sobre a Farsa do 15º RI”.



Gregório Bezerra foi preso e levado para o 15º Regimento de Infantaria do Exército, na Paraíba, onde ocorreu um incêndio. O exército acusou Bezerra de ter provocado o incidente, mas a *Folha do Povo* denunciou durante todo o mês de março e abril que a acusação era falsa. As reportagens foram colhendo depoimentos e provas, até que o Governo Federal solicitou que Barbosa Lima Sobrinho mandasse intervir no jornal. A *Folha do Povo* foi fechada durante quinze dias, enquanto a notícia de que a redação havia sido empastelada, por ter comunistas armados, circulava em outros periódicos, como o *Jornal do Commercio* do dia 20 de abril de 1948. Os jornalistas da *Folha do Povo* puderam contar o que vivenciaram apenas quinze dias depois, quando saíram da prisão e publicaram os textos intitulados “Quatro Dias Sob Ocupação Policial” e “Não Se Pode Calar a Voz do Povo”. Esta última nota dizia:

“Os fascistas do Catete e seus agentes neste Estado, pretenderam calar a voz deste jornal suspendendo-o de circulação, e assaltando, ocupando, nas caladas da noite as oficinas em que é impresso. A resistência vigorosa dos seus trabalhadores impediu que os salteadores da DOPS conseguissem completar os seus intentos, danificando as máquinas compradas com o dinheiro do povo para que Pernambuco tivesse um jornal diferente dos “jornais – balcões”, vendidos ao latifúndio e ao imperialismo, que aqui existia à época do seu aparecimento.” (*Folha do Povo*, 5 de maio de 1948)

As edições seguintes convidavam os trabalhadores a lutar por seus direitos e pela continuidade do jornal. Não demorou muito para que o impresso fosse mais uma vez ocupado e sua atividade suspensa durante seis meses, com a redação empastelada pelo governo local. Neste período, a equipe da *Folha do Povo* abriu o jornal com o nome de *A Luta* e depois *O Popular*, até que Paulo Cavalcanti (1982) conseguisse recuperar na justiça o antigo nome e o jornal voltasse a circular. A polícia, então, ocupou mais uma vez o jornal, em 1949, e despejou ácido nas máquinas. Barbosa Lima Sobrinho, então, foi alertado e, verificada a ação criminosa dos agentes, o governador enviou os técnicos da Imprensa Oficial para recuperar a oficina.

Este incidente fechou o período de problemas entre o governo e o periódico, que continuou acompanhando a rotina da população. Em 3 de maio de 1950, o jornal divulgou o artigo “A Tuberculose Dizima Os Trabalhadores”, com um panorama elaborado durante o primeiro ano da gestão de Eurico Gaspar Dutra.

“A tuberculose assume em Pernambuco condições de verdadeira epidemia. Existiam em 1946, 25.420 casos de tuberculose conhecidos, sendo que destes só 14.538 no Recife. O número de óbitos foi quase quatro mil em todo o Estado e 1.600 na capital, naquele primeiro ano de governo do Sr. Dutra. (...) Entre os 1.530 mortos por tuberculose, no Recife, vamos encontrar 80 por cento de indivíduos provenientes das camadas populares, ou mais precisamente, da classe operária.(...) Nas indústrias de transformação estão compreendidos os trabalhadores têxteis (70% da sua população teórica), cimento, fibras, sabão etc. São homens e mulheres que ganham 18 cruzeiros diários e aspiram diariamente o pó de algodão. Por isso, entre eles é grande a mortandade.” (*Folha do Povo*, 3 de maio de 1950)

O texto foi baseado em um quadro construído pelo sanitarista Gervásio Melauíades, com base nos dados publicados pelo IBGE daquele ano. A abordagem é diferenciada porque ele não distribui os dados por classes sociais (A,B,C, D), como faziam os demais jornais, e, sim, por categorias de trabalho, de modo que é possível identificar os problemas que envolviam cada setor do operariado. Na década de 1950, a jornada de trabalho dos brasileiros era de 240 horas mensais, o que significava trabalhar dez horas por dia, de segunda a sábado.

A remuneração de 108 cruzeiros semanais, para a realidade da época, era insuficiente para suprir os custos com os problemas de saúde decorrentes da longa jornada e dos ambientes insalubres de trabalho. O autor encerra o texto convidando os operários a lutar por melhores condições: “Lutemos contra a tuberculose promovendo grandiosas manifestações de massas (...) o 1º de Maio da conquista de condições condignas de vida – o único meio eficaz de combater a tuberculose”. Era este tipo de texto que as autoridades da época não queriam ver circulando nos jornais e por isso a *Folha do Povo* continuou sendo perseguida até as eleições de 1954, quando ocorreu um boicote envolvendo os incentivadores do candidato Cordeiro de Farias.

Neste pleito eleitoral, especificamente, o PCB, embora em situação de ilegalidade, decidiu apoiar o candidato João Cleofas para o governo estadual e as páginas da *Folha do Povo* abriram espaço para a campanha política. Nas vésperas da eleição, começou a faltar luz na região em que ficava a redação. A Pernambuco Tramways alegou defeito técnico e prometeu retornar o serviço. Dois dias se passaram e o jornal continuava sem energia. Um dia antes da votação, contudo, a população recebeu uma edição da *Folha do Povo*, que foi

distribuída em uma tiragem de 50 mil exemplares, um número enorme para um jornal que diariamente se esforçava para distribuir 6 mil. Foi, então, que se descobriu que:

(...) na noite anterior da eleição, no dia 2 de outubro, a polícia fez uma edição igualzinha, na primeira página com artigo de Luis Carlos Prestes. Uma edição igual, o tipo e tudo. Fizeram a edição mandando os comunistas votarem em branco. Eles sabiam que o Partido Comunista no Recife era muito forte. A tarefa do pessoal de Cordeiro de Farias era distribuir na porta das igrejas e na rua. Distribuíram fartamente, mas ninguém atendeu. O pessoal filiado ao partido desconfiou de uma decisão tão rápida e ninguém atendeu (LEITE, 2006)

A falsificação do jornal repercutiu em todo o Estado e deixou a candidatura de Cordeiro de Farias em uma situação bastante vergonhosa perante a opinião pública. Os comunistas aproveitaram a situação e, quando foi dada a notícia de que Farias havia vencido o pleito, eles conseguiram fechar um acordo com a oposição, através de Paulo Cavalcanti (1982), para que a rotina do jornal não fosse mais obstruída pelas forças policiais; mesmo que o jornal divulgasse quase diariamente os desmandos cometidos pelos agentes do DOPS local e nacional.

O PCB manteve sua postura de apoiar candidatos abertamente e, com o suicídio de Getúlio Vargas, o partido orientou o Comitê Estadual a apoiar a candidatura de Juscelino Kubistchek e João Goulart para a votação presidencial. O jornal, então, começou a acompanhar a rotina dos candidatos. A votação ocorreu em 3 de outubro de 1955, exatamente um ano após as eleições estaduais. Enquanto se esperava o resultado, o carro de João Goulart foi baleado no Rio Grande do Sul. A *Folha do Povo*, por motivos desconhecidos, não recebeu a notícia da *Interpress* no dia em que o atentado ocorreu. Os demais jornais, como o *Diário da Noite*, trouxeram a notícia via agência *RadioPress*.

“(Porto Alegre, 9) (Rádiodress)- o atentado foi perpetrado de emboscada, por elementos desconhecidos que guardaram a passagem do carro do candidato a vice- presidência da República, crivando-o de balas. O Sr João Goulart não ia no carro, conforme se noticiou, nem tão pouco o seu auxiliar particular. O Sr João Goulart se encontra em sua fazenda e ao tomar conhecimento do atentado contra o seu automóvel, pediu às autoridades gaúchas proteção para sua segurança pessoal. Não houve qualquer vítima nesse atentado.” (*Diário da Noite*, 10 de outubro de 1955).

Pouco depois, porém, as Agências de Notícias do país começaram a circular uma versão que dizia que não havia sido atentado. O *Diário da Noite* reproduziu esta versão em uma nota intitulada “Pistoleiros do Rio e de S. Paulo No Atentado Contra Jango”, que no final dizia: “ao que se diz, no entanto, tudo não passou de incidente comum na fronteira, não tendo sido visada a pessoa do líder comunista gaúcho”. A reportagem da *Folha do Povo*, então, foi para a rua entrevistar líderes sindicalistas para saber se eles acreditavam na versão divulgada pelos jornais da imprensa central. O resultado saiu no texto “Marítimos, Têxteis e Pedreiros”.

“O Sr. Amaro Freire da Costa, presidente do Sindicato dos trabalhadores da Construção Civil, lia a noticia num dos matutinos locais quando foi ouvido acerca do assunto das reportagens. Verdadeiramente indignado nos declarou: - A reação tem muitos olhos e se apercebe que João Goulart está eleito. Não quer que o Brasil dê um passo no sentido de progresso, deseja que os trabalhadores não tenham direitos. Por trás da reação interna, estão forças ocultas, tramando contra a vida dos homens que se aproximam dos trabalhadores e lutam com eles pelos seus direitos, pela liberdade, como é o caso do Sr. João Goulart. Está bem claro, portanto, o significado deste novo atentado contra o povo na pessoa de Jango. (...) Pedro Xavier de Paiva, líder têxtil, presidente do Sindicato dos trabalhadores na Indústria de Fiação e tecelagem do Recife, emitiu a seguinte opinião sobre o fato mais comentado do dia: - Diante das noticias contraditórias, não posso, em verdade, dar graça qualquer opinião definitiva sobre o incidente, tão amplamente notificado pela imprensa. Contudo, sendo ele rela, não podemos de modo algum calar, nem deixar de protestar, veemente contra os inimigos dos trabalhadores, que são os verdadeiros responsáveis por uma violência dessa natureza”. (*Folha do Povo*, 11 de outubro de 1955)

O resultado da repercussão apontou que os entrevistados desconfiavam da segunda versão apresentada, embora Pedro Xavier Paiva se mostrasse cauteloso em dar uma postura definitiva. Contudo, o mérito deste texto é repercutir o assunto entre grupos sociais que, geralmente, são excluídos deste tipo de discussão. O *Diário da Noite*, por exemplo, ao longo de sua cobertura do caso, ouviu apenas políticos e autoridades policiais. Em nenhum momento, o periódico do grupo *Jornal do Commercio* ouviu a população ou as autoridades sindicais, como se este fato não influenciasse no cotidiano delas, também.

Este aspecto é discutido por Sodré (1999) quando ele diz que com a consolidação do modelo industrial da produção de notícia, a imprensa central deixou de discutir Política para discutir o *fato político*. A Política é de interesse coletivo, enquanto o *fato político* tem



interesse localizado e pode ser trabalhado de acordo com os interesses de cada núcleo social. Por isso Sodré (1999) chamava atenção para o fato de que as matérias e reportagens envolvendo *atos políticos*, publicadas na imprensa central, acabavam ouvindo apenas autoridades do executivo, do legislativo e do judiciário, mas não outros grupos sociais, como de fato ocorreu neste caso com o *Diário da Noite*.

6 – Solidariedade e Adeus

Quando o movimento em torno das eleições de 1955 passou, a *Folha do Povo* se encontrava em situação financeira precária. A feição do jornal não conseguia competir mais com a qualidade técnica dos demais impressos diários do Recife. Os recursos vindos do Movimento de Apoio à Imprensa Popular (M.A.I.P) eram cada vez mais raros e o dinheiro arrecadado pela Sociedade de Apoio à Imprensa Popular (S.A.I.P), em Pernambuco, não era suficiente para pagar os custos do jornal. Mesmo assim, a população, na medida do possível, procurava doar dinheiro para que o impresso não deixasse de circular. A *Folha do Povo* aceitava qualquer ajuda em dinheiro, utensílios, alimentação e até chumbo para impressão.

A situação chegou a melhorar entre 1956 e 1958, quando o jornal apresentou uma de suas melhores diagramações e teve seu conteúdo reforçado com seções de cinema, literatura e o crescimento da *Interpress*. Contudo, a crise que abalou o PCB em 1958 - e que viria provocar o racha interno de 1961 e a criação do PC do B - fechou diversos periódicos da imprensa comunista, como a *Tribuna Popular*. A *Folha do Povo*, por sua vez, adquiriu periodicidade semanal até agosto de 1959, quando as atividades pararam por um ano. Em 14 de agosto de 1960, o impresso voltou às ruas novamente diário, mas em 18 de outubro uma nota foi divulgada informando mais uma parada temporária:

“Comunicamos aos nossos leitores e ao povo em geral que, a partir desta data, suspendemos temporariamente a circulação da FOLHA DO POVO, com o objetivo de aparelhar tecnicamente melhor nossas oficinas, bem como dar mais moderna organização aos nossos serviços de informações e corpo redacional, voltando a circular tão logo sejam alcançados êsses objetivos. Outrossim, queremos agradecer a colaboração que nos foi dada pelos nossos amigos, leitores, assinantes e contribuintes, bem como às entidades onde nosso jornal mantém representantes e colocar a disposição de todos os nossos serviços, não somente no interregno de nossa circulação, como quando de nossa volta à atividade periodística.

Agradecemos também ao nosso corpo redacional, repórteres, colaboradores e operários gráficos, a contribuição dada para o bom andamento dos nossos trabalhos durante a última fase de nossa circulação”. (*Folha do Povo*, 18 de outubro de 1960).

O jornal nunca mais voltou a circular. Paulo Cavalcanti (1982) afirmou que problemas com o registro impediram a volta da *Folha do Povo*. Em seu lugar foi colocado *A Hora*, que circulou semanalmente até o Golpe Militar, de 1964. No final da década de 1960, a oficina foi vendida à família de Fernando Lyra. Era o adeus do único jornal diário da imprensa comunista recifense.

7 – Conclusão

Um dos grandes debates do jornalismo diário, no Brasil, sempre foi a batalha pela diversidade de informação e por olhares diferenciados sobre o cotidiano social. As novas tecnologias que transformaram os antigos periódicos em jornais-empresa alteraram, também, as formas de lidar com a perspectiva da notícia. Se o jornalismo ganhou em agilidade e circulação, por outro lado, os grandes jornais tornaram-se cada vez mais parecidos, de modo que a diversidade de informação ficou cada vez mais comprometida. Os pequenos jornais, por sua vez, não podendo competir com a estrutura jornalística montada, foram minguando aos poucos.

Dentro deste ambiente, a imprensa comunista e popular teve um papel de destaque. Enquanto os periódicos dos outros grupos políticos estavam fechando as portas, a imprensa comunista organizou uma rede de comunicação que perdia apenas para os Diários Associados, de Assis Chateaubriand. Enquanto os grupos de comunicação da imprensa central mantinham-se com recursos vindos de publicidade, empréstimos governamentais e acordos econômicos com empresários, a imprensa comunista mantinha-se, muitas vezes, apenas com doações de militantes e simpatizantes e com o sacrifício de repórteres, funcionários e dirigentes, que se dispunham a correr perigo em nome da ideologia e da veiculação de um olhar diferenciado sobre a sociedade brasileira.

A *Folha do Povo*, jornal recifense, que começou como simpatizante dos comunistas, em 1935, e depois de dez anos sem circular, voltou integrado à rede de comunicação do PCB, foi um desses espaços de lutas pessoais e coletivas. Em seus artigos, colunas,



matérias e seções abertas ao público, o jornal procurou se diferenciar do restante da imprensa recifense ao trabalhar no cotidiano com problemas que diziam respeito à rotina do operariado e dos grupos sociais que, regra geral, não encontravam espaço nos jornais tradicionais, como o *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Commercio*, *Jornal Pequeno*, entre outros.

A trajetória da *Folha do Povo*, repleta de perseguições, empastelamentos, violência e tentativas de enfraquecimento, aponta para uma realidade ainda hoje conhecida no Brasil, que é a de colocar à margem aqueles veículos que procuram questionar a ordem estabelecida. O impresso comunista fez isso em Recife através de artigos e do enfoque que dava às suas notícias. Contudo, a importância como impresso de inserção popular foi reconhecido quando a oposição elaborou um exemplar falso para não perder o pleito de 1954. Esta importância e a luta cotidiana de seus profissionais, contudo, não foram suficientes para suportar os boicotes político e financeiro ao jornal e as crises internas do partido, por mais de 20 anos, de modo que o periódico fechou as portas, em 1960, mesmo que o operariado dele ainda necessitasse.

8 - Referências

BUONICORE, Augusto. Comunistas, Cultura e Intelectuais entre os anos de 1940 e 1950. **Revista Espaço Acadêmico**. n 32. Janeiro. 2004.

Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/032/32cbuonicore.htm> Acesso 13 abr. 2005 20:59:00

CAVALCANTI, Paulo. **Nos tempos de Prestes: O caso eu conto como o caso foi**. 3º volume. Recife: PE: Editora Guararapes. 1982. Série: Memórias Políticas. 335p.

DIÁRIO DA NOITE. Recife, 10 de outubro de 1955.

FOLHA DO POVO. Recife, 10 de julho de 1935.

FOLHA DO POVO. Recife, 19 de novembro de 1945.

FOLHA DO POVO. Recife, 05 de maio de 1948.



FOLHA DO POVO. Recife, 03 de maio de 1950.

FOLHA DO POVO. Recife, 15 de novembro de 1951.

FOLHA DO POVO. Recife, 02 de outubro de 1955.

FOLHA DO POVO. Recife, 11 de outubro de 1955.

FOLHA DO POVO. Recife, 18 de outubro de 1960.

GARCIA, Carlos in COSTA, Evaldo e OLIVEIRA, Gilson (org). **Palavra de Jornalista**: as entrevistas do Projeto Memória Viva de Pernambuco. Recife: COMUNIGRAF, 2006. 331p.

LIMA, Paulo Mota. **As Ilusões da Constituinte de 46**. Folha de São Paulo. São Paulo, 7 de Janeiro de 1979. (Entrevista concedida a Gilberto Negreiros).

Disponível em http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria_3.htm. Acesso em 12/ 03/2006

HERMAN, Edward S. CHOMSKY, Noam. **A Manipulação do Público**. Tradução Bazán Tecnologia e Lingüística. São Paulo: Futura. 2003. 470p.

JORNAL DO COMMERCIO. Recife, 20 de abril de 1948.

NASCIMENTO, Luiz. **História da Imprensa de Pernambuco** (1821-1954). Vol III Diários do Recife -1901/1954, Imprensa universitária: Recife, 1967. 485p.

NASCIMENTO, Francisco Ribeiro de. **Páginas de Resistência**: a imprensa comunista até o golpe militar de 1964. São Paulo: Imprensa oficial do estado de São Paulo: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, 2003. 211p.

REBELO, Apolinário. Os 80 anos de A classe Operária: o jornal de esquerda mais antigo do país. **Revista Princípios**. São Paulo: junho – Julho n.79 p.72-75. 2005.



PANDOLFI, Dulce Chaves. **Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB**. Rio de Janeiro: Relume – Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995. 260p.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4ed. Atualizada. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.501p.

Entrevistas

GRANJA, Antônio. A Folha Capixaba. Vitória, 2005. (Entrevista inédita concedida a Luciana Silvestri)

LEITE, Ronildo Maia. Recife, 19 de maio de 2006. (Entrevista inédita)

LIRA, Adilson. Revisor da Folha do Povo. Recife, 17 de maio de 2006. (Entrevista inédita)

SILVA, José Maria da. Recife, 04 de março de 2007 (Entrevista inédita)